



REVISÃO DA INTEGRAÇÃO AFRICANA

Integração Económica, Política e de Segurança em África

No 63.º Aniversário da OUA (1963–2026)

Revisão Anual

Elaborada pela

Aliança Democrática Africana para a Liberdade e o Progresso
(ADAFP)

Primeira Edição | 25 de Maio de 2026

Casablanca, Marrocos

SUMÁRIO EXECUTIVO

Sessenta e três anos após a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em maio de 1963, a integração africana encontra-se numa encruzilhada histórica decisiva. O continente edificou uma arquitectura institucional impressionante — da União Africana (UA) à Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCAf), das forças regionais de manutenção da paz aos sistemas de pagamento continentais — e continua, no entanto, a ser uma das regiões menos integradas economicamente no mundo.

Esta primeira Revisão Anual, elaborada pela ADAFP, fornece uma avaliação abrangente da integração africana segundo oito dimensões: integração económica e comercial; infraestruturas e industrialização; integração monetária e financeira; livre circulação e migrações; governação política e democracia; cooperação em matéria de segurança; potências externas e geopolítica; e clima e energia. A Revisão conclui com uma avaliação da viabilidade de uma integração acelerada até 2031 e um Plano de Acção faseado da ADAFP.

Principais conclusões

- O comércio intra-africano permanece entre 14–18% do total do comércio continental — muito abaixo da UE (60–70%), da ASEAN (55–60%) e da América do Norte (40%). A ZCLCAf oferece um quadro jurídico essencial, mas a sua implementação continua desigual.
- O défice de financiamento de infraestruturas de África ultrapassa os 100 mil milhões de dólares por ano. A fragmentação dos sistemas de transporte, a pobreza energética que afecta cerca de 600 milhões de pessoas e a fraqueza das redes ferroviárias constituem os principais condicionalismos a uma integração mais profunda.
- Mais de 40 moedas nacionais e coordenação monetária limitada impõem encargos consideráveis ao comércio africano. O PAPSS representa a inovação institucional mais promissora a curto prazo.
- África continua a ser uma das zonas de mobilidade mais restritivas para os seus próprios cidadãos. A decisão histórica do Togo em 2026 — ao conceder entrada sem visto a todos os cidadãos africanos — demonstra que a liderança unilateral pode criar dinâmica continental.
- A ressurgência de golpes de Estado militares e a manipulação constitucional generalizada ameaçam os fundamentos democráticos da integração sustentável.
- A importância estratégica de África está a aumentar — minerais críticos, crescimento demográfico, geografia marítima — mas a fragmentação limita a sua capacidade de converter esta vantagem em autonomia geopolítica.
- As alterações climáticas constituem uma ameaça existencial ao desenvolvimento e uma emergência de financiamento. África contribui com menos de 4% das emissões mundiais acumuladas de carbono, mas sofre impactos desproporcionados e recebe uma quota insuficiente dos financiamentos climáticos disponíveis.

Recomendação central

A ADAFP defende que África não pode mais permitir-se o gradualismo inscrito na Agenda 2063. A confluência da multipolaridade geopolítica, das perturbações tecnológicas, das pressões demográficas e da crise climática exige uma integração funcional acelerada — visando, até 2031: implementação alargada da ZCLCAf, livre circulação continental sem vistos, sistemas de pagamento digital integrados, corredores energéticos coordenados e governação democrática continental mais sólida.

INDICADORES-CHAVE EM SÍNTESE — ÁFRICA 2026

Indicador	Situação actual (2025–2026)	Referência regional	Meta ADAFP 2031
Quota do comércio intra-africano	14–18%	UE: 60–70%	>30%
População sem acesso à electricidade	~600 milhões (~43%)	Média mundial: ~10%	<300 milhões
Número de moedas nacionais	42+	Zona Euro: 1	Blocos regionais
Défi ce anual de financiamento de infraestruturas	>100 mil milhões \$/ano	—	Défi ce reduzido a metade
Quota do sector manufactureiro no PIB	~10–11%	Ásia Oriental: 25–30%	>15%
Acesso sem visto (passaporte africano médio)	~25 países africanos	UE: espaço Schengen completo	54 Estados membros da UA
Factura de importação alimentar	>70 mil milhões \$/ano	60% das terras aráveis mundiais não cultivadas	Redução significativa
Quota de África no PIB mundial	~3%	Quota demográfica: ~18%	>5%
Potencial de crescimento via ZCLCAf	Implementação parcial	BM: >50% de crescimento	Implementação completa

Fontes: BAD, UNCEA, Banco Mundial, Secretariado da ZCLCAf, FMI, AIE, CNUCED (estimativas 2024–2025).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Sigla	Denominação completa
ADAFP	Aliança Democrática Africana para a Liberdade e o Progresso
ZCLCAf	Zona de Comércio Livre Continental Africana
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
Afreximbank	Banco Africano de Importação-Exportação
AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para África
AGOA	Lei do Crescimento e das Oportunidades para África
AMISOM	Missão da União Africana na Somália
APSA	Arquitetura Africana de Paz e Segurança
MAEP	Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares
FAA	Força Africana de Alerta
ATMIS	Missão de Transição da UA na Somália
UA	União Africana
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul (+ novos membros)
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CFA	Franco da Comunidade Financeira Africana
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
COP	Conferência das Partes (Clima ONU)
RDC	República Democrática do Congo
CAO	Comunidade da África Oriental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
APE	Acordo de Parceria Económica (UE–África)
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
PIB	Produto Interno Bruto
AIE	Agência Internacional de Energia
FMI	Fundo Monetário Internacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul (América Latina)

OUA	Organização da Unidade Africana
PAPSS	Sistema de Pagamento e Liquidação Pan-Africano
CPS	Conselho de Paz e Segurança (UA)
CER	Comunidade Económica Regional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SIPRI	Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo
ONU	Organização das Nações Unidas
UNCEA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
BM	Banco Mundial
OMC	Organização Mundial do Comércio
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

INTRODUÇÃO

Sessenta e três anos depois: o projecto inacabado

Sessenta e três anos após a criação da Organização da Unidade Africana em maio de 1963, África permanece empenhada num dos projectos políticos mais ambiciosos da história moderna: a construção da unidade continental através de 54 Estados soberanos, mais de 1,4 mil milhões de pessoas, milhares de comunidades étnicas e linguísticas distintas e algumas das economias estruturalmente mais desiguais do mundo.

O projecto de integração africana emergiu da luta de libertação anticolonial como uma necessidade política e um imperativo de desenvolvimento. A geração da independência compreendeu com clareza que a soberania política sem integração económica deixaria o continente permanentemente vulnerável à dominação externa, à dependência económica, à intervenção militar e ao subdesenvolvimento estrutural. Esta convicção foi expressa com maior força por Kwame Nkrumah, que advertiu em 1963 que África deveria unir-se ou arriscar uma fragmentação permanente e uma dependência neo-colonial.

A transformação da OUA em União Africana em 2002 marcou uma viragem estratégica decisiva, introduzindo uma agenda de integração mais abrangente: integração económica, governação democrática, infraestruturas continentais, paz e segurança, livre circulação e industrialização. Esta transformação culminou na Agenda 2063 — o quadro quinquenal de transformação continental da UA.

Apesar de progressos institucionais significativos, África continua a ser uma das regiões menos integradas do mundo em termos económicos práticos: o comércio intra-africano oscila entre 14% e 18% do total; os défices de infraestruturas ultrapassam os 100 mil milhões de dólares por ano; a fragmentação monetária persiste através de mais de 40 moedas; e a instabilidade política continua a minar a coordenação continental.

O argumento central desta Revisão é que África realizou progressos institucionais importantes, mas permanece estruturalmente fragmentada. O sucesso ou o fracasso da integração africana na próxima década determinará se o continente emerge como um actor global de relevo ou permanece economicamente periférico, apesar do seu peso demográfico e da sua extraordinária riqueza em recursos.

Neste contexto, a ADAFP, fundada em Casablanca em fevereiro de 2026, emergiu como uma nova plataforma política pan-africana que preconiza uma integração continental acelerada até 2031 — e não até 2063. A ADAFP defende que o gradualismo já não corresponde à urgência dos desafios estruturais de África e propõe um roteiro mais ambicioso, federalista e desenvolvimentista.

SECÇÃO I

Metodologia e quadro analítico

Abordagem

Esta Revisão adopta uma abordagem de economia política multidisciplinar que combina análise macroeconómica, análise institucional, estudos comparativos de integração regional, avaliação geopolítica e avaliação de políticas de desenvolvimento. A análise integra dados quantitativos com interpretação estrutural e histórica.

Quadro analítico

Dimensão	Indicadores principais
Integração económica	Quota do comércio intra-africano; barreiras tarifárias e não tarifárias; produção industrial; IDE intra-africano; progressos na implementação da ZCLCAf
Integração monetária	Convergência de moedas; interoperabilidade dos sistemas de pagamento; integração financeira; fluxos de investimento transfronteiriços; adopção do PAPSS
Integração política	Qualidade da governação; estabilidade democrática; autoridade institucional supranacional; Estado de direito; desempenho anticorrupção
Integração de segurança	Operações de manutenção da paz; mecanismos de defesa colectiva; incidência de conflitos; coordenação militar; prontidão da FAA
Mobilidade humana	Índices de abertura de vistos; quadros de mobilidade laboral; governação de refugiados; dados sobre corredores migratórios; ratificação do protocolo da UA
Governança mundial	Representação africana em instituições multilaterais; coordenação diplomática colectiva; advocacia para a reforma do CSNU; postura nas negociações climáticas

O desafio da ADAFP à integração incremental

Objectivo emblemático da ADAFP	Objectivo estratégico
Um mercado africano único	Integração económica continental completa; eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias
Uma moeda africana única	Soberania monetária; integração financeira continental; PAPSS como mecanismo de transição
Abolição dos vistos intra-africanos	Livre circulação dos africanos nos 54 Estados membros da UA

Lugar permanente da UA no CSNU	Reforma da governação mundial; representação geopolítica continental
Coordenação África-CELAC	Alinhamento geopolítico Sul-Sul e capacidade de negociação colectiva

Ao contrário da retórica pan-africana tradicional, a ADAFP associa a integração directamente à governação democrática, à responsabilização institucional, à reforma anticorrupção, à participação dos jovens, à modernização digital e à condicionalidade desenvolvimentista.

SECÇÃO II

Integração económica e comércio

Entre ambição continental e fragmentação estrutural

O paradoxo central da integração africana em 2026: África dispõe de um vasto discurso político sobre a unidade, mas de uma integração material limitada em termos de produção, infraestruturas, finanças e comércio.

1. A posição de África na economia mundial

África representa hoje cerca de 18% da população mundial, perto de 30% das reservas mundiais de minerais críticos e aproximadamente 60% das terras aráveis não cultivadas do mundo. No entanto, o continente contribui apenas com cerca de 3% do PIB mundial e 3% do comércio mundial. Esta disparidade reflecte não apenas subdesenvolvimento, mas fragmentação económica estrutural.

2. Intra-African Trade — o indicador central

Região	Quota intra-regional	População (aprox.)	PIB (aprox. USD)
União Europeia	60–70%	450 milhões	18 biliões \$
ASEAN	55–60%	680 milhões	3,9 biliões \$
América do Norte	40%	500 milhões	28 biliões \$
Ásia Oriental	50%+	2,3 mil milhões	30+ biliões \$
MERCOSUL	15–20%	295 milhões	3,2 biliões \$
África (zona ZCLCAf)	14–18%	1,4 mil milhões	3,1 biliões \$

Fontes: BAD, Banco Mundial, CNUCED, FMI PEM 2024–2025.

3. Porque é o comércio intra-africano tão baixo?

- Dependência das exportações de matérias-primas: as economias africanas estão frequentemente em competição em vez de serem industrialmente complementares.
- Fraqueza da base manufactureira: o sector manufactureiro contribui apenas com cerca de 10–11% do PIB africano em média, contra 25–30% nas economias industriais da Ásia Oriental.
- Défices de infraestruturas: África necessita de cerca de 130–170 mil milhões de dólares de investimento anual em infraestruturas, com um défice de financiamento superior a 100 mil milhões (BAD).
- Barreiras não tarifárias: a complexidade alfandegária, as normas inconsistentes e a corrupção constituem obstáculos práticos maiores do que as próprias tarifas.

- Fragmentação financeira e monetária: com mais de 40 moedas nacionais, os Estados africanos necessitam frequentemente de dólares ou euros apenas para comerciar entre si.
- Geografia económica colonial: as redes de infraestruturas foram construídas para ligar minas e plantações a terminais de exportação costeiros, não para conectar economias africanas horizontalmente.

4. A ZCLCAf: potencial e obstáculos persistentes

A ZCLCAf representa o projecto de integração económica mais ambicioso da história africana moderna. Lançada em 2021, abrange os 54 Estados membros da UA, um PIB combinado superior a 3 biliões de dólares e mais de 1,4 mil milhões de pessoas. Segundo projecções do Banco Mundial e da UNCEA, a implementação completa poderia aumentar o comércio intra-africano em mais de 50%. No entanto, a implementação continua desigual, com obstáculos estruturais persistentes: capacidade produtiva limitada; fraqueza das infraestruturas; dependência fiscal das receitas aduaneiras; e proteccionismo político.

Posição da ADAFP

A ADAFP defende que os esforços de integração actuais continuam excessivamente gradualistas. O seu quadro de Mercado Africano Único enfatiza a abolição das barreiras não tarifárias, a harmonização aduaneira acelerada, a política industrial continental, a integração financeira digital e o investimento coordenado em infraestruturas.

Uma proposta económica central da ADAFP é a adopção coordenada de um «Acto Comprar Africano» ao nível da ZCLCAf. Os Estados africanos consagram actualmente entre 15% e 20% do seu PIB à contratação pública — mas mais de 90% desses contratos são adjudicados a empresas estrangeiras. A ADAFP propõe um quadro continental que conceda prioridade a consórcios africanos nos concursos públicos de infraestruturas, equipamentos médicos, material escolar, sistemas energéticos e equipamentos agrícolas. Esta política criaria um mercado cativo continental de 1,4 mil milhões de consumidores para fazer emergir campeões industriais africanos, aprofundar a implementação da ZCLCAf, e remediar directamente as dependências estruturais — nomeadamente a incapacidade de África de mobilizar rapidamente medicamentos e equipamentos produzidos localmente em resposta a pandemias como a COVID-19 e a crise sanitária em curso na RDC.

SECÇÃO III

Infraestruturas e industrialização

Os fundamentos materiais da integração africana

África está a tentar uma integração económica continental sem dispor ainda de infraestruturas ou sistemas industriais continentais suficientemente integrados.

1. O legado colonial

As potências coloniais conceberam caminhos-de-ferro, portos e estradas principalmente para extrair matérias-primas e facilitar a sua transferência para a Europa. Muito poucas infraestruturas foram concebidas para ligar as economias africanas horizontalmente.

2. Transporte: as artérias em falta

O transporte rodoviário assegura aproximadamente 80–90% do frete em África, mas a conectividade rodoviária é muito desigual. A rede da Estrada Trans-Africana — concebida para ligar África através de nove grandes corredores totalizando mais de 56 000 quilómetros — existe parcialmente no papel mas ainda não como sistema logístico continental plenamente integrado. Os sistemas ferroviários são um dos pontos mais fracos da integração africana: bitolas incompatíveis, quadros regulatórios diferentes e infraestrutura colonial envelhecida.

3. Energia: o défice continental

Aproximadamente 600 milhões de africanos não têm acesso a electricidade fiável. Paradoxalmente, África dispõe de enormes recursos energéticos: grande potencial hidroeléctrico, alguns dos maiores níveis de irradiação solar do mundo e capacidade geotérmica significativa no Rifte da África Oriental. A proposta Barragem Grand Inga na RDC — com potencial para gerar mais de 40 gigawatts — simboliza tanto o extraordinário potencial de África como as suas crónicas dificuldades de implementação.

4. Infraestruturas digitais

A infraestrutura digital está a tornar-se um motor central da integração africana. A ascensão da moeda móvel — em particular o M-Pesa no Quénia — transformou a inclusão financeira; África representa agora o maior mercado mundial de moeda móvel em volume de transacções.

5. O imperativo industrial

- Desenvolvimento agro-industrial: apesar de possuir cerca de 60% das terras aráveis mundiais não cultivadas, África importa mais de 70 mil milhões de dólares de produtos alimentares por ano.

- Minerais críticos e indústrias de baterias: a questão estratégica é saber se África construirá cadeias de valor industrial continentais ou continuará a exportar matérias-primas brutas.
- Soberania sanitária e mercado africano único de saúde: a pandemia de COVID-19 e a crise sanitária em curso na RDC expuseram a profunda vulnerabilidade de África face às cadeias de abastecimento farmacêutico e médico controladas externamente. África importa a grande maioria dos seus medicamentos, vacinas, seringas e equipamentos de diagnóstico — deixando-a incapaz de responder rápida e independentemente às epidemias. Construir a soberania sanitária africana exige três intervenções interdependentes: primeiro, apoiar a fabricação farmacêutica local e regional através de política industrial, requisitos de transferência de tecnologia e preferências de aquisição (directamente ligadas ao «Acto Comprar Africano» proposto na Secção II); segundo, criar um mercado único de produtos de saúde no âmbito da ZCLCAf, harmonizando sistemas de registo, normas de qualidade e regras de distribuição transfronteiriça para que os medicamentos produzidos num país africano possam ser vendidos e distribuídos em todo o continente sem obstáculos burocráticos; e terceiro, estabelecer um sistema continental de alerta a epidemias e resposta coordenada — um equivalente africano do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças — com financiamento garantido, acordos de aquisição antecipada e independência operacional face a doadores externos.

Posição da ADAFP

A ADAFP defende que a integração continental deve ir além da diplomacia burocrática em direcção à transformação económica material, com ênfase nos corredores de infraestruturas continentais, na integração digital, na industrialização verde, na integração

A ADAFP reconhece que uma integração sem equidade não é nem sustentável nem justa. A Aliança preconiza a criação de um Fundo de Convergência Continental, modelado nos fundos estruturais e de coesão da UE, para garantir que os ganhos da ZCLCAf, da integração digital e da interligação energética sejam distribuídos equitativamente. Períodos de transição assimétricos para os Estados mais pequenos e frágeis, corredores de investimento dedicados aos Estados sem litoral e quadros de política industrial preferenciais para os membros de baixo rendimento devem ser incorporados desde o início na arquitectura de integração.

SECÇÃO IV

Integração monetária e financeira

Entre fragmentação financeira e a busca de soberania económica africana

Os sistemas financeiros fragmentados de África impõem enormes custos económicos ao comércio continental. Os Estados africanos necessitam frequentemente de dólares ou euros apenas para comerciar entre si.

1. O custo da fragmentação financeira

Dimensão do custo	Impacto na integração
Custos de transacção	Os pagamentos transfronteiriços em África continuam entre os mais caros do mundo; as múltiplas conversões de moeda, os atrasos bancários e a dependência de bancos correspondentes prejudicam desproporcionalmente as PME.
Dependência do dólar	Exposição aos ciclos de política da Reserva Federal, inflação importada, choques de liquidez externa e pressão do serviço da dívida. O choque de inflação global 2021–2023 causou grave depreciação cambial em vários Estados africanos.
O sistema do franco CFA	14 Estados africanos utilizam moedas historicamente ligadas ao Tesouro francês. Os críticos argumentam que isso limita a soberania monetária; os defensores citam a menor inflação e a previsibilidade da taxa de câmbio.
Investimento intra-africano limitado	A fragmentação financeira enfraquece os fluxos de IDE continental. A poupança africana é desproporcionalmente investida no exterior.
Mercados de capitais fracos	A maioria das bolsas africanas continua pequena e ilíquida. Apenas Joanesburgo, Casablanca, Lagos, Nairóbi e Cairo possuem profundidade financeira regional significativa.

2. O PAPSS

O PAPSS, desenvolvido no âmbito da Afreximbank e da ZCLCAf, permite pagamentos transfronteiriços directos em moedas africanas, reduz a dependência do dólar e acelera o comércio continental. Se expandido com sucesso, poderia tornar-se uma das inovações institucionais mais consequentes da integração económica africana.

Posição da ADAFP

A ADAFP propõe o estabelecimento faseado de uma Moeda Digital Africana Comum — não como substituição imediata das moedas nacionais, mas como camada digital

continental que permite a soberania monetária e a integração financeira através da expansão do PAPSS e da interoperabilidade das fintechs.

SECÇÃO V

Livre circulação e migrações

Entre cidadania pan-africana e a persistência das fronteiras

A contradição central da mobilidade africana: os africanos deparam-se frequentemente com maiores obstáculos para viajar dentro de África do que os não-africanos que entram no continente.

1. O sistema de fronteiras colonial e o seu legado

O actual sistema de fronteiras africano é uma criação colonial. A partição de África no final do século XIX dividiu grupos étnicos, rotas comerciais, sistemas pastoris e zonas culturais. Crucialmente, a maioria das migrações africanas é interna: aproximadamente 70–80% dos migrantes africanos permanecem no continente (estimativas da OIM).

2. O custo económico da mobilidade restrita

A restrição de movimentos gera perdas económicas consideráveis. Os comerciantes transfronteiriços em pequena escala — maioritariamente mulheres — enfrentam frequentemente assédio, corrupção aduaneira e restrições de visto. Até 2050, África conterà cerca de um quarto da população mundial; sem mobilidade laboral, o dividendo demográfico pode transformar-se em pressão demográfica.

3. Sistemas de mobilidade regional: progressos desiguais

Região	Realização em matéria de mobilidade	Principais limitações
CEDEAO	Regime de mobilidade mais avançado de África: viagens sem visto, direitos de residência e estabelecimento, passaporte CEDEAO	Implementação inconsistente; assédio nas fronteiras; golpes de Estado a enfraquecer a coesão regional
CAO	Vistos turísticos comuns; autorizações de trabalho regionais; quadros de reconhecimento de habilitações; sistemas de mobilidade digital	Tensões políticas; harmonização institucional incompleta
SADC	Iniciativas de mobilidade adoptadas; acordos bilaterais	Implementação mais lenta; sensibilidade política; tensões xenófobas
Estados pioneiros (sem visto)	O Benim, a Gâmbia, o Gana, Maurícias, o Ruanda, as Seicheles e o Togo concedem entrada sem visto	A cobertura permanece limitada a decisões estatais individuais; ausência de garantia de reciprocidade; não ainda adoptada

incondicional)	incondicional a todos os cidadãos africanos — o Togo e o Gana tendo aderido a este grupo em 2025–2026. Estes Estados demonstram que decisões soberanas unilaterais, sem aguardar um tratado continental, podem fazer avançar imediatamente a livre circulação	sistematicamente à escala continental
Estados pioneiros (sistema de eTA)	O Quênia aplica um sistema de Autorização Electrónica de Viagem (eTA) em linha para todos os visitantes, incluindo africanos — um procedimento digital nominal que elimina a barreira do visto de embaixada clássico sem constituir, todavia, um acesso sem visto incondicional	Exige acesso à internet; implica uma taxa de processamento; não é equivalente a um acesso sem visto incondicional
Continental (UA)	Iniciativa do Passaporte Africano de 2016; Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas	Em 2026, a livre circulação continental total está longe de ser uma realidade — embora o grupo crescente de Estados pioneiros demonstre que os obstáculos políticos e institucionais não são intransponíveis

Posição da ADAFP

A ADAFP coloca a livre circulação no centro da sua agenda de integração: **abolição dos vistos intra-africanos, um passaporte africano, livre circulação de trabalho e capital, reconhecimento mútuo de qualificações e direitos de residência continentais.** A Aliança enquadra a mobilidade não como uma simples questão humanitária, mas como uma necessidade económica, um direito democrático e uma expressão civilizacional da unidade africana.

A ADAFP retira encorajamento da coligação crescente de Estados pioneiros — Benim, Gâmbia, Gana, Maurícias, Ruanda, Seicheles e Togo — que já concederam acesso sem visto incondicional a todos os cidadãos africanos. Estes Estados demonstram que a vontade política necessária existe; o que é preciso é um efeito de contágio continental. A ADAFP apela a que todos os 54 Estados membros da UA se juntem a esta coligação como acto soberano imediato de solidariedade pan-africana, e propõe que a UA reconheça formalmente e recompense os Estados pioneiros com acesso preferencial aos financiamentos de infraestruturas continentais e ao apoio à implementação da ZCLCAf.

Para dar à livre circulação o seu pleno significado desenvolvimentista, a ADAFP propõe a criação de um Fundo Africano para a Inovação e a Mobilidade de Talentos — um instrumento continental, financiado conjuntamente pelos Estados membros e por parceiros externos de desenvolvimento, que apoie equipas de projecto multinacionais nos sectores da energia, da agro-indústria e do digital. Este Fundo seria associado a um

Programa Africano de Mobilidade de Talentos modelado no programa europeu Erasmus: permitindo a um engenheiro senegalês trabalhar num projecto no Quênia, a um investigador congolês colaborar com uma universidade marroquina, a um empresário ganês criar uma empresa no Senegal. O objectivo é criar uma identidade profissional e cívica pan-africana partilhada e combater a fuga de cérebros ao oferecer aos talentos africanos oportunidades competitivas e significativas no próprio continente.

SECÇÃO VI

Governação política e democracia

Entre normas continentais e a crise de legitimidade do Estado

África desenvolveu normas democráticas continentais cada vez mais sofisticadas, mas a implementação ao nível nacional continua a ser desigual, inconsistente e frequentemente frágil.

1. O Estado pós-colonial e a vaga democrática

A maioria dos Estados africanos acedeu à independência em condições extremamente difíceis. Na década de 1970 e 1980, os regimes de partido único e a concentração presidencial do poder tornaram-se generalizados. Os anos 1990 assistiram a transições multipartidárias e eleições democráticas em grande parte de África, produzindo ganhos importantes na África do Sul, no Gana, no Benim, no Botswana e na Namíbia. No entanto, a democratização continuou desigual e incompleta.

2. A arquitectura de governação democrática da UA

- Carta Africana para a Democracia, as Eleições e a Governação: promove o Estado de direito constitucional, eleições democráticas, separação de poderes e medidas anticorrupção; condena as mudanças anticonstitucional de governo.
- Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (MAEP): mecanismo voluntário de avaliação da governação — inovador na concepção, mas limitado pela participação inconsistente e pela fraca execução.
- Parlamento Pan-Africano: destinado a reforçar a participação democrática continental, mas os poderes permanecem em grande medida consultivos em vez de legislativos.

3. A ressurgência dos golpes de Estado

Os anos recentes foram marcados por golpes ou tentativas de golpe no Mali, no Burkina Faso, no Níger, na Guiné, no Sudão e no Gabão. Esta ressurgência reflecte crises estruturais mais profundas: insegurança, falha de governação, corrupção das elites, frustração económica e declínio da confiança pública. As normas democráticas continentais da UA excedem sistematicamente a sua capacidade de execução institucional.

4. Autoritarismo constitucional e corrupção

Um desafio de governação paralelo é o autoritarismo constitucional: governos que modificam constituições para suprimir limites de mandatos e enfraquecer a independência judicial,

mantendo uma aparência formal de legitimidade eleitoral. A corrupção continua a ser um dos obstáculos mais sérios à governação africana e à integração.

Posição da ADAFP

A ADAFP defende que África precisa de um modelo de governação de «Terceira Via» capaz de conciliar democracia, desenvolvimento, justiça social e integração continental. As suas propostas incluem: condicionalidade democrática para o financiamento do desenvolvimento continental; limites constitucionais aos mandatos; independência judicial; mecanismos anticorrupção; e inclusão política dos jovens.

SECÇÃO VII

Cooperação em matéria de segurança

Entre ambições de segurança colectiva e instabilidade continental persistente

África alargou significativamente as suas instituições de segurança continental, mas a insegurança em si expandiu-se simultaneamente em termos geográficos e estruturais.

1. A Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA)

A APSA da UA representa um dos quadros de segurança continental mais ambiciosos do Sul Global, incluindo o Conselho de Paz e Segurança (CPS), o Sistema Continental de Alerta Precoce, a Força Africana de Alerta (FAA), o Comité dos Sábios e o Fundo para a Paz. A passagem da doutrina de não-ingerência estrita da OUA para o princípio de «não-indiferença» da UA representa uma evolução conceptual histórica. A implementação, no entanto, continuou desigual — a FAA teve dificuldade em atingir a plena operacionalidade.

2. Principais zonas de crise de segurança

Região	Principais ameaças	Impacto na integração
O Sahel	Insurreições jihadistas; fraco controlo estatal; milícias étnicas; redes de tráfico; stress climático; golpes anti-ocidentais	Coesão da CEDEAO gravemente enfraquecida; execução da UA posta à prova
Corno de África / Somália	Insurreição da Al-Shabaab; fragilidade estatal; pirataria; fluxos de refugiados	A mais longa missão de manutenção da paz da UA; forte dependência de financiamento externo
Leste da RDC	Milícias armadas; intervenções estrangeiras; competição mineral; crises humanitárias	Falha da governação continental de recursos; militarização regional
Sudão	Guerra civil entre as FAR e as RSF; catástrofe humanitária	Maior crise de deslocamentos de África em 2025–2026; efeitos de contágio regionais
Golfo da Guiné	Pirataria; pesca ilegal; roubo de petróleo; contrabando marítimo	Uma das zonas de pirataria mais activas do mundo; perturbação do comércio

3. Presença militar externa e soberania

Uma das dimensões mais controversas da segurança africana diz respeito à crescente presença de actores militares externos: operações antiterrorismo dos EUA; presença militar francesa agora em grande medida expulsa do Sahel; parcerias de segurança russas; cooperação militar turca; envolvimento estratégico dos Estados do Golfo; e expansão naval e logística chinesa. África

funciona cada vez mais como uma arena geopolítica de segurança onde as grandes potências competem pela influência, recursos e corredores estratégicos.

4. Segurança, desenvolvimento e legitimidade do Estado

A insegurança africana não pode ser compreendida apenas através de um prisma militar. A maioria dos conflitos está profundamente ligada à pobreza, ao desemprego, à falha da governação, à marginalização e à fraqueza das instituições. As abordagens puramente militarizadas falham sistematicamente na produção de estabilidade duradoura — como demonstrou claramente a crise do Sahel: o combate ao terrorismo sem reforma da governação, investimento de desenvolvimento inclusivo e criação de emprego para os jovens permanece estruturalmente insuficiente. Os actores de segurança externos aprenderam esta lição repetidamente e a grande custo; a arquitectura de segurança africana deve internalizá-la institucionalmente.

As alterações climáticas funcionam como multiplicador de ameaças neste quadro — intensificando a competição por recursos, os conflitos pastoris, os diferendos hídricos e as perturbações agrícolas que alimentam a instabilidade. A análise aprofundada das vulnerabilidades climáticas de África está desenvolvida na Secção IX desta Revisão. A implicação especificamente securitária é que as futuras estratégias continentais de segurança não podem ser concebidas de forma isolada da governação ambiental: a Arquitectura Africana de Paz e Segurança precisa de ligações formais com os sistemas continentais de gestão da água, segurança alimentar e adaptação climática. Segurança sem resiliência ecológica é uma proposição cada vez mais insustentável no Sahel, na Corna de África e na região dos Grandes Lagos.

Posição da ADAFP

A ADAFP defende uma transição dos sistemas de segurança nacionais fragmentados para uma coordenação estratégica continental, defesa colectiva, integração de serviços de informação e soberania em matéria de segurança. As suas propostas incluem: operacionalização da FAA; redução da dependência de actores militares externos; expansão da cooperação em matéria de informações; e reforço das capacidades industriais de defesa africanas.

SECÇÃO VIII

Potências externas e geopolítica

África entre a competição estratégica e a busca de soberania continental

O continente é globalmente indispensável — mas insuficientemente dotado institucional para moldar a ordem internacional de que depende cada vez mais.

1. Os activos estratégicos de África

Activo estratégico	Importância global
Minerais críticos	RDC: maior produtor mundial de cobalto (~70% da oferta mundial); Zimbabué: importantes reservas de lítio; África do Sul: metais do grupo da platina; Guiné: maiores reservas de bauxite; Zâmbia e RDC: corredor de cobre. Todos essenciais para baterias de VE e sistemas de energia renovável.
Poder demográfico	1,4 mil milhões em 2026; cerca de 2,5 mil milhões projectados até 2050; a mais jovem mediana de idades mundial. Representa o maior mercado de consumo futuro e força de trabalho global.
Geografia marítima	Controla: corredor de acesso ao Canal de Suez; Mar Vermelho; Golfo da Guiné; passagem do Cabo da Boa Esperança; rotas marítimas do Oceano Índico. Criticamente importantes para o comércio mundial.
Potencial agrícola	~60% das terras aráveis mundiais não cultivadas; grande potencial de produção alimentar face às pressões sobre a segurança alimentar mundial.
Energia renovável	Alguns dos maiores níveis de irradiação solar do mundo; grande potencial hidroeléctrico; geotermia da África Oriental; produção emergente de hidrogénio verde.

2. Os principais actores externos

A China tornou-se o principal parceiro comercial de África e o seu parceiro de infraestruturas bilateral mais influente. As exportações africanas para a China continuam fortemente concentradas em petróleo, minerais e matérias-primas brutas, enquanto África importa grandes volumes de produtos manufacturados — com risco de reproduzir estruturas de dependência clássicas. Os Estados Unidos envolvem-se com África principalmente através da cooperação em matéria de segurança e de estratégias de acesso a minerais críticos. A União Europeia continua o parceiro económico histórico mais próximo de África, mas as relações estão cada vez mais tensas devido às políticas de restrição de migrações. A Rússia, a Turquia, os Estados do Golfo e a Índia também estão a alargar o seu envolvimento continental.

3. A oportunidade multipolar e o risco de fragmentação

A ordem mundial está a orientar-se para a multipolaridade. Muitos governos africanos praticam o «multi-alinhamento» — envolvendo-se simultaneamente com a China, os EUA, a Europa, a Rússia e as potências emergentes — para maximizar investimentos, espaço diplomático e autonomia estratégica. A fraqueza crítica da estratégia geopolítica africana continua a ser, no entanto, a ausência de capacidade de negociação continental coordenada. As potências externas preferem sistematicamente envolver os Estados africanos individualmente em vez de colectivamente — precisamente porque a fragmentação africana maximiza a sua alavancagem.

4. A América Latina, o Mercosul e a parceria Sul-Sul subexplorada

Uma das dimensões mais estrategicamente subaproveitadas das relações externas de África é a sua relação com a América Latina e as Caraíbas. O quadro da CELAC oferece uma plataforma institucional, mas a relação ainda não foi operacionalizada como uma verdadeira parceria económica ou industrial. Trata-se de uma oportunidade perdida considerável. África e a América Latina partilham desafios estruturais de desenvolvimento comuns — dependência de matérias-primas, défices de infraestruturas, legados coloniais e dependência financeira externa — e poderiam oferecer-se mutuamente complementaridades significativas em vez de competição.

A ADAFP propõe estruturar as parcerias externas de África em fases deliberadas: aprofundar primeiro as relações com a Europa e a Ásia, onde os laços institucionais e económicos existentes são mais sólidos, antes de se expandir sistematicamente para a América Latina via Mercosul e CELAC. Com a Europa, o objectivo deve ser o co-investimento baseado numa cooperação genuinamente equitativa. Com a Ásia, a prioridade deve ser o financiamento de infraestruturas condicionado à transferência de tecnologia. Com a América Latina, a oportunidade é distinta: experiência histórica partilhada do colonialismo e do ajustamento estrutural, capacidades agrícolas e industriais complementares, e profundos laços culturais e demográficos.

A dimensão cultural e demográfica é particularmente significativa e sistematicamente subvalorizada. Aproximadamente 10% da população colombiana é de ascendência africana — e através do Brasil, Cuba, da República Dominicana, da Venezuela e das Caraíbas, as comunidades da diáspora africana representam dezenas de milhões de pessoas com uma herança comum, memória histórica e potenciais redes de solidariedade. Não se trata de uma mera observação cultural; é um activo geopolítico. Uma diplomacia pan-africana que envolva sistematicamente as comunidades e governos afro-latino-americanos pode construir o tipo de solidariedade Sul-Sul que vai além dos simples acordos comerciais transaccionais em direcção a uma verdadeira parceria civilizacional. A ADAFP apela à elevação da frequência e substância institucional das cimeiras África-CELAC, e ao desenvolvimento de corredores económicos específicos entre produtores agrícolas africanos e as indústrias de transformação alimentar latino-americanas no âmbito dos acordos ZCLCAf e Mercosul.

Posição da ADAFP

A ADAFP defende que a fragmentação de África é a principal fonte de fraqueza geopolítica. As suas propostas incluem: um lugar africano permanente no Conselho de Segurança da ONU; coordenação estratégica com a CELAC; quadros de cooperação Sul-Sul; soberania digital; e uma doutrina de não-alinhamento estratégico que recusa a subordinação a qualquer bloco geopolítico concorrente. A ADAFP propõe igualmente uma estratégia de parceria externa faseada — Europa, Ásia e depois América Latina e Mercosul — estruturada em torno do princípio de que cada relação externa deve servir a industrialização africana em vez de reproduzir padrões de exportação de matérias-primas brutas e importação de produtos manufacturados.

SECÇÃO IX

Integração climática e energética

Entre vulnerabilidade ecológica e a luta por uma transformação africana verde

África encontra-se numa encruzilhada histórica: o continente poderia tornar-se uma vítima principal da transição ecológica mundial, ou emergir como um dos seus principais actores estratégicos.

África contribui com menos de 4% das emissões mundiais acumuladas de carbono, mas sofre impactos climáticos desproporcionados: desertificação, secas, inundações, insegurança alimentar, stress hídrico, degradação dos ecossistemas e deslocamento climático.

1. Principais ameaças climáticas

- Desertificação e crise do Sahel: o Sahel é uma das regiões mais vulneráveis ao clima no mundo. A subida das temperaturas intensifica a escassez de água, o declínio agrícola, os conflitos pastoris e as pressões migratórias.
- Seca e vulnerabilidade agrícola: vastas partes de África dependem da agricultura pluvial, tornando as populações rurais extremamente vulneráveis à variabilidade das precipitações e a secas prolongadas.
- Inundações e vulnerabilidade costeira: a rápida urbanização sem sistemas de drenagem adequados expõe as cidades e zonas costeiras africanas a riscos crescentes de inundação e subida do nível do mar.
- Segurança alimentar: apesar de possuir cerca de 60% das terras aráveis mundiais não cultivadas, África importa mais de 70 mil milhões de dólares de produtos alimentares por ano.

2. O potencial africano em energias renováveis

Fonte de energia	Potencial continental	Situação e desafios
Solar	Maiores níveis de irradiação solar do mundo na África do Norte, Sahel, África Austral. Potencial técnico estimado: 6 000+ GW.	Em expansão em Marrocos, Egipto, África do Sul, Quênia, Namíbia.
Hidroelétrica	Bacia do Congo: potencial estimado em 100 000 MW; grandes sistemas no Nilo, Zambeze, Níger.	Grand Inga (RDC): potencial de 40+ GW; décadas de atrasos.
Geotérmica	Rifte da África Oriental: reservas maiores no Quênia, Etiópia, Djibuti.	Subexplorada; custos de exploração elevados.
Eólica	Fortes corredores na África do Norte, África Austral, zonas costeiras, Corno de África.	Em crescimento em Marrocos, África do Sul, Egipto.

Hidrogénio verde	Potencial solar para hidrogénio na África do Norte e África Austral muito competitivo à escala mundial.	Namíbia, Marrocos, Egipto, África do Sul a avançar com projectos. Risco: orientado para a exportação.
-------------------------	---	---

3. O dilema dos combustíveis fósseis

África confronta-se com um dilema de desenvolvimento complexo relativamente aos combustíveis fósseis. Os governos africanos argumentam com justeza que os países industrializados alcançaram o desenvolvimento através da energia fóssil durante 150 anos, enquanto se espera agora que África se industrialize sob condições ambientais restritivas — sem financiamento adequado para a transição.

4. As alterações climáticas como emergência de financiamento

O desafio climático de África deve ser compreendido não apenas como uma ameaça ecológica existencial, mas também como uma emergência de financiamento. A CQNUAC estabeleceu um objectivo global de adaptação e mitigação de 1,3 biliões de dólares por ano até 2035. No entanto, África continua a receber uma quota desproporcionadamente pequena e de acesso difícil dos financiamentos climáticos disponíveis.

Uma estratégia credível de financiamento climático continental africano deve compreender quatro elementos. Primeiro, África deve negociar colectivamente na COP e nos fóruns multilaterais para garantir uma quota equitativa e acessível do objectivo global de 1,3 biliões de dólares — incluindo mecanismos de acesso simplificados. Segundo, os objectivos de integração devem estar sistematicamente ligados à resiliência climática, tornando os corredores energéticos, os investimentos na segurança alimentar e as infraestruturas de transporte elegíveis para instrumentos de financiamento climático. Terceiro, devem ser estabelecidos mecanismos de responsabilização ao nível continental para garantir que os financiamentos climáticos se traduzam em resultados tangíveis. Quarto, a reestruturação da dívida ligada aos investimentos climáticos deve ser promovida como posição de negociação continental.

África contribui com menos de 4% das emissões mundiais acumuladas de carbono, mas suporta uma quota desproporcionada dos custos climáticos. A ADAFP defende que colmatar o défice de financiamento climático é inseparável de colmatar o défice de integração.

Posição da ADAFP

A ADAFP enquadra a integração climática e energética como questões de soberania estratégica: corredores de energia renovável continental; industrialização verde africana; redes eléctricas continentais integradas; e poder de negociação colectivo na governação

climática mundial. Crucialmente, a ADAFP apela à criação de um Mecanismo Continental de Coordenação do Financiamento Climático — funcionando sob a égide da UA — para agregar a capacidade de negociação africana na COP e nas instituições financeiras multilaterais, garantir um acesso equitativo aos financiamentos climáticos entre os Estados membros e ligar directamente os fluxos de financiamento climático às prioridades de infraestruturas da integração.

SECÇÃO X

A viabilidade de uma integração acelerada até 2031

Entre necessidade histórica e condicionalismos estruturais

A proposta de alcançar uma integração africana substancial até 2031 em vez de 2063 representa um dos debates estratégicos mais consequentes da política pan-africana contemporânea. A questão da viabilidade deve ser abordada analiticamente e não ideologicamente.

1. O que significa realmente a «integração acelerada»

Dimensão de integração	Viabilidade até 2031	Pré-requisitos chave	Principal obstáculo
Viagem sem visto (continental)	Elevada — a CEDEAO demonstra a viabilidade	Vontade política; infraestrutura de identidade digital; ratificação do Protocolo da UA	Preocupações de segurança; nacionalismo político
Interoperabilidade de pagamentos digitais (PAPSS)	Elevada — o sistema existe; precisa de escala	Harmonização regulatória; adopção bancária; conectividade	Fragmentação regulatória; dependência do dólar
Harmonização aduaneira da ZCLCAf	Médio-Elevado — o quadro jurídico existe	Reforço de capacidades; redução de BNT; modernização de fronteiras	Proteccionismo político; dependência das receitas
Integração energética regional	Médio — capacidade técnica em crescimento	Financiamento de infraestruturas; estabilidade política	Défices de financiamento; instabilidade em corredores-chave
Coordenação monetária continental	Médio-Baixo — abordagem digital faseada possível	Convergência macroeconómica; confiança institucional	Divergência de inflação; preocupações soberanistas
União monetária completa	Baixa — pré-requisitos estruturais ausentes	Décadas de convergência fiscal/industrial	Todos os obstáculos estruturais simultaneamente
Federação política	Muito Baixa — constitucionalmente inviável até 2031	Consenso continental; legitimidade democrática	Soberania; assimetrias institucionais; instabilidade

2. Os argumentos a favor da aceleração

A transição geopolítica mundial, as pressões demográficas, a tecnologia digital e o quadro jurídico da ZCLCAf criam condições sem precedentes para a integração funcional. Os custos da fragmentação continuada — altos custos comerciais, regulamentações duplicadas, fraco poder de negociação — podem agora exceder os riscos institucionais de uma reforma rápida.

3. Os principais obstáculos estruturais

A fragmentação das infraestruturas de África não pode ser revertida em poucos anos; as preocupações de soberania política fazem com que muitos governos permaneçam relutantes em transferir autoridade para instituições supranacionais; a instabilidade de segurança persistente perturba os corredores de integração; e muitas instituições regionais africanas permanecem subfinanciadas e burocraticamente limitadas.

Um dos riscos mais consequentes — e frequentemente subestimados — de uma integração prematura ou mal sequenciada é o aprofundamento das desigualdades económicas entre as economias-âncora de África e os seus Estados mais pequenos e mais frágeis. A África do Sul, o Egipto, a Nigéria, Marrocos e o Quénia representam colectivamente uma proporção desproporcionada da capacidade industrial continental, da profundidade financeira e da sofisticação institucional. Sem mecanismos deliberados de convergência — fundos de equalização, períodos de transição assimétricos, protecções de política industrial para as economias mais fracas — a rápida liberalização do comércio arrisca concentrar os ganhos da integração entre as economias já mais fortes, enquanto expõe os Estados frágeis a pressões concorrenciais que não conseguem absorver.

Tanto a União Europeia como a ASEAN enfrentaram dinâmicas análogas. A experiência da UE demonstra que uma integração profunda sem fundos de coesão e transferências estruturais adequadas gera divergências económicas duradouras e contragolpe político — visível no fosso persistente entre as economias do norte e do sul da zona euro a seguir à crise da dívida de 2010–2012. A abordagem mais cautelosa da ASEAN, mantendo tratamentos assimétricos e períodos de transição mais longos para os membros de baixo rendimento, reflecte um esforço deliberado para gerir estas divergências. O quadro de integração africano deve basear-se explicitamente nestas lições.

4. Agenda 2063 versus a Visão ADAFP 2031

Dimensão	Abordagem Agenda 2063	Abordagem ADAFP 2031
Ritmo	Gradual, faseado ao longo de 50 anos	Acelerado, comprimido numa década
Motor principal	Diplomacia institucional Estado a Estado	Mobilização política + integração funcional
Moeda	Aspiração de longo prazo (2063)	Integração digital faseada (transição até 2031)

Condicionalidade de governação	Revisão pelos pares; voluntária	Condicionalidade democrática para o financiamento do desenvolvimento
Política industrial	Aspirações sectoriais específicas	Corredores industriais continentais coordenados
Enquadramento geopolítico	Pragmatismo desenvolvimentista	Urgência soberanista; estratégia anti-dependência
Urgência	Importante mas gerível de forma incremental	Existencial; o atraso ameaça a soberania

O significado histórico da proposta da ADAFP reside precisamente neste reencuadramento: transforma a integração de uma aspiração distante num projecto político e de desenvolvimento imediato. O futuro da integração africana dependerá menos de saber se todos os objectivos são alcançados até 2031, e mais de saber se África consegue criar um ímpeto irreversível em direcção à soberania continental, à modernização democrática e à autonomia estratégica.

SECÇÃO XI

Plano de Acção da ADAFP para a Integração Africana Acelerada (2026–2031)

Um roteiro estratégico para partidos, parlamentares, líderes e instituições

As secções precedentes demonstram que a integração africana não é já uma simples aspiração ideológica ou um slogan diplomático. Tornou-se uma necessidade histórica moldada pela fragmentação económica, pela competição geopolítica, pela vulnerabilidade climática, pela transformação tecnológica, pelas pressões demográficas e pela crise estrutural de dependência na ordem mundial.

1. Princípios estratégicos

Princípio	Definição
Soberania continental	A integração africana deve reforçar a autonomia africana, a independência estratégica e o poder de negociação colectivo.
Legitimidade democrática	A integração deve estar enraizada na participação democrática, na governação constitucional e na responsabilização institucional.
Pragmatismo funcional	Prioridade a mecanismos de integração práticos, implementação mensurável e progressos sectoriais.
Justiça social e desenvolvimento inclusivo	A integração deve beneficiar trabalhadores, jovens, mulheres, populações rurais e pequenos empresários.
Solidariedade africana pan-	Promoção da identidade continental, intercâmbio intelectual, cooperação cultural e solidariedade Sul-Sul.

2. Consolidação institucional da ADAFP

- Construir um secretariado continental permanente com escritórios de coordenação regionais e departamentos de política especializados.
- Estabelecer um Think Tank Pan-Africano responsável pela investigação de políticas, modelação económica, monitorização da integração e redacção legislativa.
- Construir uma Rede Parlamentar Continental: parlamentares afiliados à ADAFP que estabeleçam iniciativas legislativas coordenadas e um caucus pan-africano.
- Apoiar Estruturas de Juventude e Estudantis: ligas juvenis, sindicatos estudantis, centros de inovação e academias de liderança pan-africanas.

3. Agenda de acção política

- Campanha por uma África sem Vistos até 2031: resoluções parlamentares nacionais; lobbying junto da UA; campanhas de sensibilização pública; sistemas-piloto de mobilidade regional. A decisão do Togo em 2026 de abrir unilateralmente as suas fronteiras a todos os cidadãos africanos — juntando-se assim ao Benim, à Gâmbia, ao Gana, a Maurícias, ao Ruanda e às Seicheles — constitui o modelo. A ADAFP fará campanha para que os 54 Estados membros da UA adiram a esta coligação pioneira como acto soberano imediato de solidariedade pan-africana, e proporá que a UA reconheça formalmente e recompense os Estados pioneiros com acesso preferencial aos financiamentos de infraestruturas continentais e ao apoio à implementação da ZCLCAf.
- Criar o Fundo Africano para a Inovação e a Mobilidade de Talentos: um instrumento continental, financiado conjuntamente pelos Estados membros e por parceiros externos de desenvolvimento, que apoie equipas de projecto multinacionais nos sectores da energia, da agro-indústria e do digital. Este Fundo seria associado a um Programa Africano de Mobilidade de Talentos modelado no programa Erasmus europeu — permitindo a um engenheiro senegalês trabalhar num projecto no Quênia, a um investigador congolês colaborar com uma universidade marroquina, a um empresário ganês criar uma empresa no Senegal. O objectivo é criar uma identidade profissional e cívica pan-africana partilhada e combater a fuga de cérebros ao oferecer aos talentos africanos oportunidades competitivas e significativas no próprio continente.
- Promover a Implementação da ZCLCAf: pressão activa sobre os governos para reduzir as barreiras não tarifárias, simplificar os procedimentos aduaneiros e modernizar as infraestruturas fronteiriças.
- Defender a Democracia Constitucional: rejeição categórica de golpes de Estado, prorrogações anticonstitucional do poder e manipulações eleitorais.
- Estabelecer uma Iniciativa Continental Anticorrupção: sistemas transparentes de contratação pública, gestão digital das finanças públicas e tribunais anticorrupção.

4. Plano de acção económico e de desenvolvimento

- Promover Corredores Industriais Regionais: industrialização regional coordenada através de zonas económicas especiais em agro-alimentar, produtos farmacêuticos, tecnologias verdes e indústrias digitais.
- Adoptar um «Acto Comprar Africano» Continental: a ADAFP defende a adopção coordenada de regras de preferência em matéria de contratação pública ao nível da ZCLCAf, concedendo prioridade a consórcios africanos nos concursos de infraestruturas, equipamentos médicos, material escolar, sistemas energéticos e equipamentos agrícolas. Os Estados africanos consagram actualmente 15–20% do PIB à contratação pública, mas mais de 90% desses contratos são adjudicados a empresas estrangeiras — um enorme e subaproveitado alavancador de desenvolvimento industrial. Um Acto Comprar Africano criaria um mercado cativo continental para fazer emergir campeões industriais africanos, reduzir as dependências de importação em sectores estratégicos e remediar directamente a vulnerabilidade sanitária ao apoiar a fabricação farmacêutica e médica local.

- Apoiar a Conectividade de Infraestruturas Continentais: implementação acelerada de corredores ferroviários, auto-estradas transafricanas e interligações energéticas.
- Avançar na Integração Digital: sistemas de pagamento digital interoperáveis, regulação continental das fintechs e soberania digital africana.
- Lançar os Fundamentos da Integração Monetária: coordenação monetária regional, interoperabilidade de pagamentos via PAPSS e quadros de convergência macroeconómica.

5. Plano de acção climático e energético

- Desenvolver Corredores de Energia Renovável Continentais: redes eléctricas africanas integradas e cooperação energética transfronteiriça abrangendo sistemas solares, hidroeléctricos, geotérmicos e de hidrogénio verde.
- Promover a Industrialização Verde: indústrias africanas de baterias, fabricação verde e transformação local de minerais estratégicos.
- Estabelecer um Mecanismo Continental de Coordenação do Financiamento Climático: funcionando sob a égide da UA, alinhado com o objectivo mundial da CQNUAC de 1,3 biliões de dólares por ano até 2035, para garantir acesso equitativo e mecanismos de responsabilização.
- Ligar os Objectivos de Integração à Resiliência Climática: incorporar corredores energéticos, investimentos na segurança alimentar e infraestruturas de transporte nos quadros de adaptação e mitigação.
- Avançar na Diplomacia pela Justiça Climática e Alívio da Dívida: posições africanas coordenadas nas negociações da COP e advocacia para a reestruturação da dívida ligada aos investimentos climáticos.

6. Plano de acção de segurança e governação

- Reforçar os Mecanismos Africanos de Paz e Segurança: operacionalizar a FAA; alargar a cooperação em matéria de informações; melhorar a coordenação antiterrorismo; reduzir a dependência de actores militares externos.
- Ligar a Segurança ao Desenvolvimento: o emprego juvenil, a educação, o desenvolvimento rural, a reforma institucional e a prevenção de conflitos como fundamentos não militares da segurança.
- Defender a Governação Civil: oposição constante a golpes de Estado militares, transições anticonstitucional e governação autoritária personalizada.

7. Estratégia internacional e geopolítica

- Construir Alianças Sul-Sul com uma estratégia de parceria faseada: aprofundar as relações com a Europa (co-investimento, desenvolvimento equitável), a Ásia (infraestruturas condicionadas à transferência de tecnologia) e depois a América Latina via CELAC e Mercosul. A relação África–América Latina é estrategicamente subaproveitada — legados coloniais partilhados, laços demográficos (dezenas de milhões de pessoas de ascendência africana no Brasil, na Colômbia, em Cuba e nas Caraíbas) e capacidades industriais

complementares oferecem uma plataforma de verdadeira parceria Sul-Sul além do comércio transaccional de matérias-primas. A ADAFP defenderá a elevação da frequência e substância institucional das cimeiras África-CELAC, o desenvolvimento de corredores agro-industriais específicos entre produtores africanos e indústrias de transformação alimentar latino-americanas, e o envolvimento das comunidades afro-latino-americanas como redes diplomáticas e de solidariedade.

- Fazer Campanha pela Reforma do Conselho de Segurança da ONU: representação africana permanente no CSNU.
- Promover o Não-Alinhamento Estratégico: parcerias diversificadas e política de desenvolvimento soberana.

8. Roteiro faseado (2026–2031)

Fase	Calendário	Acções prioritárias
Fase I	2026–2027	Consolidação organizacional: estabelecer o secretariado continental; lançar o Think Tank pan-africano; constituir o caucus parlamentar; recrutar redes de juventude; produzir os primeiros relatórios de monitorização da integração.
Fase II	2027–2028	Campanhas de integração funcional: advocacia pela liberalização dos vistos; pressão pela implementação da ZCLCAf; expansão do PAPSS; integração de pagamentos digitais; quadros de parceria de infraestruturas.
Fase III	2028–2029	Mobilização política continental: congressos pan-africanos; coordenação eleitoral continental; propostas de reforma da UA; coordenação da diplomacia climática; pactos de industrialização verde.
Fase IV	2030–2031	Cimeira de Aceleração da Integração: avaliar os progressos em relação aos critérios de referência; adoptar a carta de integração continental actualizada; lançar mecanismos económicos e de governação alargados; estabelecer o roteiro de integração 2031–2036.

O futuro da integração africana não será determinado apenas por declarações. Dependerá da organização, da disciplina, da coragem política, da continuidade institucional, da legitimidade democrática e da visão estratégica. A ADAFP procura transformar o pan-africanismo de uma ideologia comemorativa num sistema prático de soberania continental e desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA SELECTIVA E FONTES

Fontes institucionais e estatísticas

- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Africa's Infrastructure: Great Potential but Little Impact on Inclusive Growth. Abidjan: BAD, 2024.
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Perspectivas Económicas em África 2025. Abidjan: BAD, 2025.
- União Africana. Agenda 2063: A África que Queremos. Adis Abeba: Comissão da UA, 2015.
- Afreximbank. Relatório Anual PAPSS 2025. Cairo: Afreximbank, 2025.
- Secretariado da ZCLCAf. Relatório de Implementação da ZCLCAf 2024–2025. Acra: Secretariado da ZCLCAf, 2025.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). Perspectivas da Economia Regional: África Subsaariana — Abril 2025. Washington DC: FMI, 2025.
- SIPRI. Anuário SIPRI 2025: Armamentos, Desarmamento e Segurança Internacional. Estocolmo: SIPRI, 2025.
- CNUCED. Relatório sobre o Investimento Mundial 2025. Genebra: CNUCED, 2025.
- UNCEA. Relatório sobre a Integração Regional em África. Adis Abeba: UNCEA, 2024.
- Banco Mundial. A Zona de Comércio Livre Continental Africana: Efeitos Económicos e Distributivos. Washington DC: Banco Mundial, 2020.

Literatura académica e de política

- Bach, Daniel C. O Regionalismo em África: Genealogias, Instituições e Redes Trans-estatais. Nova Iorque: Routledge, 2016.
- Clapham, Christopher. África e o Sistema Internacional: A Política de Sobrevivência dos Estados. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Mkandawire, Thandika, e Charles Soludo. O Nosso Continente, o Nosso Futuro. Trenton: Africa World Press, 1999.
- Nkrumah, Kwame. África Deve Unir-se. Nova Iorque: International Publishers, 1963.
- Rodney, Walter. Como a Europa Subdesenvolveu África. Londres: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.
- Vines, Alex. «A União Africana aos Vinte Anos: Crise de Meia-Idade ou de Fim de Vida?» International Affairs 98, n.º 1 (2022): 1–20.

Nota: Todos os dados estatísticos citados nesta Revisão baseiam-se em bases de dados institucionais publicamente disponíveis no início de 2026.

SOBRE A ADAFP

A Aliança Democrática Africana para a Liberdade e o Progresso (ADAFP) é uma plataforma política pan-africana fundada em Casablanca, Marrocos, em fevereiro de 2026. A Aliança reúne partidos políticos, parlamentares, organizações cívicas, movimentos de juventude, sindicatos e redes intelectuais de todo o continente africano empenhados numa integração continental acelerada, numa governação democrática, na justiça social e na soberania africana.

A ADAFP foi criada com a convicção de que os desafios estruturais de África — fragmentação económica, subordinação tecnológica, vulnerabilidade climática, pressão demográfica e marginalização geopolítica — não podem ser resolvidos através da diplomacia gradual e centrada nos Estados dos quadros continentais existentes. A Aliança preconiza um roteiro de integração acelerada visando uma integração funcional continental substancial até 2031.

A identidade política da ADAFP assenta em cinco pilares: soberania continental, legitimidade democrática, pragmatismo funcional, justiça social e solidariedade pan-africana. A Aliança opera como uma genuína organização política continental, rejeitando tanto o nacionalismo estreito como a integração liderada pelas elites, em favor de um pan-africanismo centrado nos cidadãos e democraticamente responsável.

Aliança Democrática Africana para a Liberdade e o Progresso (ADAFP)

Casablanca, Marrocos | Maio de 2026

Primeira Edição | Publicada no 63.º Aniversário da OUA